



Evento	Salão UFRGS 2014: X SALÃO DE ENSINO DA UFRGS
Ano	2014
Local	Porto Alegre - RS
Título	O PAPEL DO INTÉRPRETE DE LIBRAS EM SALA DE AULA
Autores	Raquel Brusco Machado DIOGO ONOFRE GOMES DE SOUZA

A análise do papel do intérprete em sala de aula diz respeito a uma pesquisa de mestrado, em fase inicial, sobre o ensino de química para estudantes surdos, que vai ser feita na Escola Estadual de Ensino Médio Professor João Germano Imlau do município de Erechim/RS. A pesquisa terá o intuito de analisar como ocorre a inclusão de estudantes surdos no ensino médio regular, como esses estudantes aprendem Química e como é desenvolvida a interação entre docente/discente/intérprete durante o processo de ensino-aprendizagem da Ciência Química. Tendo em vista um acentuado número de estudantes surdos frequentando a rede regular de ensino na escola supracitada, emergiu a necessidade de se garantir uma educação que promova o desenvolvimento das potencialidades do estudante surdo, bem como, a necessidade de investigar sobre o papel do intérprete em sala de aula, uma vez que a presença de intérprete em sala de aula configura-se em uma das práticas da Política de Educação Inclusiva.

A presença de intérprete em sala de aula é algo que gera inúmeros questionamentos frente a sua atuação profissional, sendo responsável por interpretar em uma dada língua (Língua Portuguesa) para a língua de sinais (Libras) ou vice-versa. No ano de 2014, a escola possui em torno de doze (12) estudantes surdos divididos entre as três séries do ensino médio politécnico. Para cada série há, pelo menos, um intérprete que auxilia na comunicação, aproximando os estudantes surdos do universo oralizado da sala de aula. No entanto, o número de intérpretes é insuficiente para a quantidade de surdos, fato que sobrecarrega o profissional e que pode prejudicar o andamento do processo educacional inclusivo. Devido à falta desse profissional, a 15ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) de Erechim/RS disponibiliza contratos emergenciais para suprir a demanda e, como poucas pessoas dominam Libras, muitas vezes, os candidatos ao contrato são os próprios pais e/ou parentes dos estudantes surdos.

Desde os primórdios da interpretação da Libras, em missas, consultas médicas, enfim, fora do ambiente familiar dos surdos, quem atuava na mediação da comunicação eram as pessoas que tinham surdos na família, pois a situação obrigava-os a interpretar diante da forte necessidade de se comunicar dos surdos. Dessa maneira, surgiram os primeiros intérpretes, filhos ouvintes de pais surdos ou parentes de pessoas surdas. Essa é uma realidade vivenciada pela escola supracitada e, conseqüentemente, pela professora-pesquisadora. A alternativa encontrada justifica a intenção de incluir os surdos no ensino médio politécnico, mas, ao mesmo tempo, não assegura que a aprendizagem esteja acontecendo de fato. Isso porque, pela forte relação interpessoal existente entre surdo e intérprete fora da instituição escolar, esta pode confundir-se com a relação que se dá no ambiente escolar, que é de natureza distinta e, assim, apresentar algumas lacunas na construção do conhecimento.

É fundamental que exista um bom relacionamento entre os sujeitos envolvidos com o processo de ensino – aprendizagem, porém esse não pode ser um fator que superproteja a condição do estudante surdo de possuir algumas obrigações e deveres naturais de qualquer sujeito em formação. O que precisa ser analisado é o comprometimento de todos com a educação, cada qual fazendo o que lhe compete fazer. Esse apontamento é discutido porque se observa que, em algumas situações, o intérprete relata que se sente angustiado por não aprender o conteúdo de determinada disciplina. Neste viés, tem-se a necessidade de compreender qual a função do intérprete, sendo que nem ele mesmo possui clareza da importância do seu papel no envolvimento do surdo com o seu processo de construção do conhecimento. Cabe aqui destacar que se o intérprete domina o conteúdo, a interpretação é facilitada, mas dar conta de todo o conhecimento que é trabalhado pelas disciplinas curriculares torna-se inviável. Neste sentido, ressalta-se que o intérprete não pode assumir o papel que cabe ao estudante surdo, que é de questionar, pesquisar, aprender e entender.

Ter intérprete em sala de aula é um direito que o surdo tem diante da necessidade de práticas educacionais adequadas a sua diferença quanto indivíduo surdo, sendo previsto pela Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Mas isso não significa que o intérprete tenha que aprender no lugar dele, sua função é de dar suporte para que o surdo também tenha direito a uma educação de qualidade e, devido aos professores titulares das disciplinas não possuírem conhecimento em Libras, torna-se coerente a presença desse profissional para a consolidação do ensino inclusivo eficiente. Essa percepção não faz parte apenas das concepções da professora-pesquisadora, a qual se encontra envolvida com o processo educacional inclusivo. Talvez, essa percepção possa parecer precipitada, entretanto, ela é também defendida por outros autores como Lacerda¹ (2002) quando destaca que “[a] presença do intérprete em sala de aula e o uso da língua de sinais não garantem que as condições específicas de surdez sejam contempladas e respeitadas nas atividades pedagógicas” (p.128).

A pesquisa está em fase inicial, a investigação será qualitativa e no momento se está fazendo observações da realidade vivenciada em sala de aula. Por isso, o diagnóstico não é definitivo e está em fase de análise, no entanto, o que se percebe é que ter intérprete em sala de aula não garante que o estudante surdo alcance o desenvolvimento das potencialidades desejadas, pois o processo é mais complexo e depende do discernimento ético do profissional intérprete, do interesse do estudante surdo em aprender e buscar além da sala de aula, do professor da disciplina perceber que a deficiência auditiva não é taxativa de incapacidade e exigir dedicação pelos estudos da mesma maneira que faz com os demais estudantes.

¹LACERDA, Cristina B.F. O Intérprete educacional de língua de sinais no Ensino Fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: *Letramento e Minorias*. Org. LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L. e TESKE, O. Editora Mediação, Porto Alegre, 2002.